

Demonstrações Financeiras

Kalunga S.A.

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Kalunga S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Índice

Relatório da Administração	1
Declarações dos Diretores sobre o relatório do auditor independente	10
Declarações dos Diretores sobre as demonstrações financeiras	11
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	12
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	16
Demonstrações dos resultados.....	18
Demonstrações dos resultados abrangentes	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	21
Demonstrações do valor adicionado	23
Notas explicativas às demonstrações financeiras	24

Relatório da Administração

A Kalunga é a maior varejista brasileira de suprimentos para escritório e material escolar por meio de suas 223 lojas físicas distribuídas em 20 Estados brasileiros e no Distrito Federal e dos canais digitais, operando de forma totalmente integrada entre o ambiente *online* e *offline (omnichannel)*. Para suportar sua operação, a Kalunga possui três centros de distribuição no estado de São Paulo e trabalha com 13 marcas exclusivas, distribuindo mais de 11 mil SKUs e oferecendo adicionalmente os serviços de gráfica rápida, acabamento e digitalização por meio do Copy & Print.

Por meio das suas lojas físicas, está presente nos principais shoppings centers e pontos estratégicos localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí e no Distrito Federal.

Desde 2003, quando os acionistas controladores assumiram a Companhia, a Kalunga vem acelerando sua expansão geográfica, especialmente em regiões metropolitanas, onde se concentra o maior consumo e a maior demanda por produtos da Companhia.

Impactos do COVID-19 nos resultados

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia devido ao coronavírus chamado COVID-19. Esta situação resultou na paralização e/ou desaceleração de diversos setores, com efeitos na economia global, incluindo a economia brasileira. Com isso, a Companhia tomou diversas medidas protetivas com o intuito de evitar a disseminação do vírus, garantir a preservação da saúde dos colaboradores, clientes e demais envolvidos, bem como medidas para amenizar os efeitos da pandemia nos seus resultados.

Diante do exposto, iniciamos o ano de 2020 em um ambiente favorável, com bom desempenho de vendas especialmente pela sazonalidade do primeiro trimestre que representa o retorno do período escolar, e a partir de março, o fluxo de clientes nas lojas caiu à medida que cresciam as incertezas geradas com a proliferação do COVID-19 e com a decretação da quarentena estabelecida pelos governos das principais regiões metropolitanas. Com o agravamento da situação, focamos nossos esforços nos canais digitais. Por outro lado, tomamos várias medidas para assegurar a saúde e a preservação das vidas dos nossos clientes e colaboradores; preservação dos empregos; foco na gestão da crise para assegurar as condições econômicas/financeiras.

Abaixo é apresentada a evolução mensal das lojas físicas durante a pandemia:

Março	▪ Cerca de 90% das lojas foram fechadas a partir de 20 março e as que permaneceram abertas operaram com horário restrito e apenas em alguns dias do mês
Abril	▪ 93% das lojas permaneceram fechadas e as demais operaram com horário restrito em alguns dias do mês
Maio	▪ 82% das lojas permaneceram fechadas e 18% operaram com horário restrito em alguns dias do mês
Junho	▪ 14% das lojas permaneceram fechadas e 86% operaram com horário restrito em alguns dias do mês

Julho	<ul style="list-style-type: none"> 12% das lojas permaneceram fechadas e 88% operaram com horário restrito em alguns dias do mês
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> 100% das lojas operaram, porém, a maioria com alguma restrição de horário
Setembro a Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> 100% das lojas operaram, porém, a minoria com alguma restrição de horário

A Companhia espera recuperar gradualmente seu posicionamento de mercado com o avanço da flexibilização da pandemia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atingiu receita líquida de R\$1.809,2 milhões ante R\$2.098,9 milhões em 2019 e R\$1.868,7 milhões em 2018. O prejuízo foi de R\$2,8 milhões em 2020 comparado com um lucro líquido de R\$240,7 milhões em 2019 e R\$66,0 milhões em 2018. O declínio de performance está relacionado diretamente com a quarentena decretada no mercado brasileiro por conta da pandemia gerada pelo COVID-19, que resultou no fechamento das lojas físicas a partir de 20 de março de 2020 até meados de julho de 2020.

Considerando o exposto, o desempenho econômico e financeiro da Companhia, obteve os seguintes resultados:

Destaques operacionais e financeiros



CANAL DIGITAL

- A estratégia *omnichannel* da Companhia vem trazendo frutos com o crescimento do canal digital de 77,7%, na comparação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com o mesmo período de 2019.
- Em outubro de 2019, foi iniciada a operação de OPS (*Online Partner Store*) da HP, em que a Kalunga ficou com exclusividade na administração e *fulfillment* de toda operação de e-commerce da HP.
- Em junho de 2020, foi lançada a operação de OPS da Brother.
- Além da HP e da Brother, outros fornecedores já demonstraram interesse nesta parceria, algo extremamente favorável à Kalunga, visto que poderá se alavancar na força das marcas de suas parceiras, integrando-as na tecnologia e expertise em *e-commerce* da Kalunga.
- A Receita Líquida atingiu R\$430,2 milhões em 2020 (representando um crescimento de 77,7% versus o mesmo período de 2019), R\$242,0 milhões em 2019, crescimento de 8,8% versus 2018 que totalizou R\$222,4 milhões.
- Em 2020 o canal digital representou 23,8% da receita líquida da Companhia, comparado a 11,5% em 2019 e 11,9% em 2018.



LOJAS FÍSICAS

- Em razão da pandemia, a Companhia postergou o ritmo acelerado de abertura de lojas com:

- 9 lojas foram abertas em 2020, porém 8 lojas fecharam, terminando o ano com 223 lojas;
 - 26 lojas abertas em 2019; e
 - 22 lojas abertas em 2018.
- ✎ A Receita Líquida das Lojas atingiu R\$1.377,1 milhões em 2020 (representando uma queda de 25,7% versus o mesmo período de 2019), R\$1.853,4 milhões em 2019, crescimento de 12,7% versus 2018 que totalizou R\$1.644,1 milhões.
- ✎ O *Same Store Sales* (SSS)¹ em 2020 foi de -25,0% sendo que havia sido de 8,8% em 2019 e 13,6% em 2018.



COPY & PRINT

- ☰ A Receita Líquida do Copy & Print atingiu R\$1,9 milhão em 2020 (representando uma queda de 44,3% versus o mesmo período de 2019), R\$3,4 milhões em 2019, crescimento de 59,3% versus 2018, que totalizou R\$2,2 milhões.
- ☰ Não foram inauguradas operações do Copy & Print dentro das lojas da Kalunga em 2020, tendo sido a última inaugurada no início de 2019.



DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- § Receita líquida de R\$1.809,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ante R\$2.098,9 milhões em 2019 e R\$1.868,7 milhões em 2018.
- § Prejuízo de R\$2,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ante um lucro líquido de R\$240,7 milhões em 2019 e de R\$66,0 milhões em 2018.
- § Ademais, os investimentos da Companhia para viabilizar os projetos definidos totalizaram R\$20,2 milhões em 2020, R\$64,1 milhões em 2019 e R\$34,1 milhões em 2018. Em 2020, os investimentos foram especialmente relacionados as aberturas de lojas físicas, tendo sido inauguradas 5 lojas no 1º trimestre de 2020 antes da pandemia do COVID-19, 3 lojas no 3º trimestre e 1 loja no 4º trimestre.
- § Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia contava com 4.852 colaboradores ativos e com um índice de rotatividade (*turnover*) de 22,2%, em 2019 com 5.430 funcionários ativos e *turnover* de 40,8% e 4.678 funcionários e *turnover* de 39,4% em 2018.

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas totalizou R\$1.809,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$289,7 milhões, ou 13,8%, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$2.098,9 milhões, em razão, principalmente, do decréscimo na receita líquida das lojas físicas (e por consequência da operação de Copy & Print) em decorrência do fechamento das lojas a partir do dia 20 de março de 2020 por conta da pandemia do COVID-19. A receita líquida do canal

¹ SSS – *Same Store Sales*, considera-se o crescimento das vendas brutas de mesmo período para todas as lojas que já estavam abertas no período anterior

digital cresceu 77,7% em 2020 e representou 23,8% da receita líquida da Companhia, enquanto que, em 2019, representava 11,5% da receita líquida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a receita líquida totalizou R\$1.868,7 milhões, ou seja, em 2019 tivemos um acréscimo de R\$230,2 milhões ou 12,3% em comparação com o mesmo período de 2018.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	2019	A.H.	2018	A.H.
Lojas físicas	1.377.067	1.853.367	-25,7%	1.644.077	12,7%
Canal digital	430.218	242.049	77,7%	222.449	8,8%
Copy & Print	1.914	3.436	-44,3%	2.157	59,3%
Receita líquida	1.809.199	2.098.852	-13,8%	1.868.683	12,3%

Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o custo das mercadorias vendidas e serviços prestados teve uma redução de R\$203,7 milhões ou 14,7%, quando totalizou R\$1.184,5 milhões comparado a R\$1.388,2 milhões em 2019. Isso se deve em razão da redução de vendas gerada pela quarentena restritiva ao comércio brasileiro nas regiões metropolitanas em função da pandemia do COVID-19.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o custo das mercadorias vendidas e serviços prestados foi de R\$1.212,6 milhões, ou seja, em 2019 tivemos um acréscimo de 14,5% ou R\$175,7 milhões em relação ao mesmo período de 2018.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	2019	A.H.	2018	A.H.
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.184.529)	(1.388.232)	-14,7%	(1.212.566)	14,5%
% da Receita Líquida	65,5%	66,1%	-0,6p.p.	64,9%	1,2p.p.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$624,7 milhões comparado a R\$710,6 milhões em 2019, uma redução de 12,1% com queda nominal de R\$85,9 milhões. No entanto, a margem bruta do período ficou 0,6 pontos percentuais maior, atingindo 34,5% e 33,9% em 2019, fruto da mudança da estratégia da Companhia, que tanto em 2018 e 2019 buscou ter maior competitividade em relação a preços, mas devido esta estratégia não ter trazido o incremento no volume de vendas esperado, a partir de 2020, a Companhia iniciou uma readequação, de forma criteriosa, de recomposição de margens pois percebeu que a força da marca Kalunga não exigiria a estratégia anterior.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto totalizou R\$656,1 milhões, ou seja, em 2019 houve um acréscimo de 8,3% comparado ao mesmo período de 2018.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020	2019	A.H.	2018	A.H.
Lucro bruto	624.670	710.620	-12,1%	656.117	8,3%
% da Receita Líquida	34,5%	33,9%	0,6p.p.	35,1%	-1,2p.p.

Despesas operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas operacionais foram de R\$529,7 milhões, registrando um aumento de 24,6% em comparação ao mesmo período de 2019 que totalizou R\$425,3 milhões, crescimento esse decorrente do aumento das despesas gerais e administrativas de 21,7% totalizando R\$11,0 milhões e queda nas outras receitas, líquidas relativas ao reconhecimento do crédito fiscal de PIS/COFINS decorrente da exclusão do ICMS de sua base de cálculo no valor de R\$131,4 milhões, apesar de ter ocorrido uma redução nas despesas com vendas de 7,4% totalizando R\$37,7 milhões.

Em 2019 as despesas operacionais tiveram uma queda de 15,4% ou R\$77,6 milhões em relação ao mesmo período de 2018, quando totalizou R\$502,9 milhões.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	2019	A.H.	2018	A.H.
Com vendas	(468.877)	(506.531)	-7,4%	(463.635)	9,2%
Gerais e administrativas	(61.877)	(50.846)	21,7%	(39.907)	27,4%
Outras receitas, líquidas	1.010	132.067	-99,2%	613	21444,4%
(Despesas) receitas operacionais	(529.744)	(425.310)	24,6%	(502.929)	-15,4%
% da Receita Líquida	29,3%	20,3%	9,0p.p.	26,9%	-6,6p.p.

Lucro operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o lucro operacional totalizou R\$94,9 milhões, representando 5,2% da receita líquida ante 13,6% de margem operacional em 2019, que totalizou R\$285,3 milhões. Essa redução no lucro operacional decorre principalmente do: (i) decréscimo de receitas mensurado no segundo, terceiro e quarto trimestres de 2020, decorrentes da redução das receitas pelo fechamento temporário do comércio devido a pandemia do COVID-19.

Em 2019 o lucro operacional foi superior em 86,2% ou R\$ 132,1 milhões em relação ao mesmo período de 2018, quando totalizou R\$153,2 milhões.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	2019	A.H.	2018	A.H.
Lucro operacional	94.927	285.310	-66,7%	153.188	86,2%
Margem operacional	5,2%	13,6%	-8,4p.p.	8,2%	5,4p.p.

Resultado financeiro líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram registradas despesas financeiras de R\$146,4 milhões e receitas financeiras de R\$48,8 milhões, obtendo uma despesa financeira líquida de R\$97,6 milhões. Em 2019, as despesas financeiras totalizaram R\$176,4 milhões enquanto as receitas financeiras foram de R\$193,3 milhões, obtendo uma receita financeira líquida de R\$17,0 milhões, no entanto vale ressaltar que havia sido reconhecida uma receita financeira decorrente do crédito de PIS e COFINS no valor de R\$121,8 milhões (atualização monetária e juros).

O resultado financeiro líquido em 2019 foi uma receita financeira líquida de R\$17,0 milhões ante uma despesa financeira líquida de R\$53,6 milhões em 2018, representando 0,8% positivo da receita líquida ante 2,9% negativo registrado no ano anterior, basicamente gerado pelos ganhos relativos ao PIS/COFINS mencionados acima. Já as despesas financeiras aumentaram 67,6% em 2019 versus 2018, principalmente em decorrência da adoção ao CPC 06(R2) / IFRS-16 (R\$53,0 milhões).

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	2019	A.H.	2018	A.H.
Despesas financeiras	(146.387)	(176.370)	-17,0%	(105.225)	67,6%
Receitas financeiras	48.816	193.346	-74,8%	51.626	274,5%
Resultado financeiro	(97.571)	16.976	-674,8%	(53.599)	-131,7%
% da Receita Líquida	-5,4%	0,8%	-6,2p.p.	-2,9%	3,7p.p.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R\$2,6 milhões, representando 0,1% da receita líquida, comparado a R\$302,3 milhões em 2019, ou 14,4% da receita líquida. Essa reversão do resultado se deve: (i) aos impactos causados pela pandemia do COVID-19; e (ii) a contabilização do crédito de PIS e COFINS em 2019, conforme mencionado acima.

Em 2019, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social foi 203,5% superior ao de 2018 que totalizou R\$99,6 milhões.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	2019	A.H.	2018	A.H.
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(2.644)	302.286	-100,9%	99.589	203,5%
Margem de lucro antes do IR/CSLL	-0,1%	14,4%	-14,2p.p.	5,3%	8,9p.p.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) totalizou uma despesa de R\$0,1 milhão comparado a R\$61,6 milhões em 2019. Em 2018, o imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) totalizou uma despesa de R\$33,6 milhões.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	2019	A.H.	2018	A.H.
Corrente	(8.134)	(29.408)	-72,3%	(34.041)	-13,6%
Diferido	8.055	(32.143)	-124,9%	443	-7355,8%
IR e CSLL	(129)	(61.551)	-99,8%	(33.598)	83,2%

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o prejuízo da Companhia foi de R\$2,8 milhões comparado a um lucro líquido de R\$240,7 milhões em 2019. Desta maneira, a reversão do resultado obtido em 2019 foi decorrente não somente da pandemia do COVID-19, mas também da contabilização do crédito PIS/COFINS ocorrida em 2019.

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$240,7 milhões comparativamente ao lucro líquido de R\$66 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Desta maneira, o lucro líquido aumentou em 264,8%, equivalente a um aumento nominal de R\$174,7 milhões, o que representou 11,5% de margem líquida ante 3,5% de margem líquida.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	2019	A.H.	2018	A.H.
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.773)	240.735	-101,2%	65.991	264,8%

Margem líquida	-0,2%	11,5%	-11,7p.p.	3,5%	14,9p.p.
----------------	-------	-------	-----------	------	----------

Situação patrimonial

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$154,4 milhões e R\$180,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 6,3% em 31 de dezembro de 2020 e 7,2% em 31 de dezembro de 2019.

Em 1º de setembro de 2020, foi efetuado um aumento de capital pelos acionistas no montante de R\$23,2 milhões, para tanto foram consumidas parte da reserva de lucros acumulados. Foi mantida a participação de 50% detido por cada um dos acionistas. Além disso, conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada uma cisão parcial de acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R\$23,2 milhões e está representado em sua integralidade por ativos imobilizados não operacionais.

Desta forma, a redução de R\$22,4 milhões do patrimônio líquido é decorrente principalmente da cisão descrita acima.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$24,6 milhões e representava 1,1% do ativo total.

(em R\$ mil, exceto %)

	31/12/2020	31/12/2019	A.H.	31/12/2018	A.H.
Patrimônio líquido	154.417	180.361	-14,4%	24.626	632,4%
Total do Passivo e PL	2.450.385	2.486.310	-1,4%	1.412.477	76,0%
% Passivo/ PL	6,3%	7,3%	-0,8p.p.	1,7%	5,5p.p.

Dívida líquida

A dívida líquida (excluído passivo de arrendamento) totalizou R\$755,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, 23,5% acima da dívida líquida (excluído passivo de arrendamento) em 31 de dezembro de 2019, sendo que o endividamento bruto totalizava R\$828,0 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$72,7 milhões.

A dívida líquida (excluído passivo de arrendamento) totalizou R\$611,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 8,4% em relação a 31 de dezembro de 2018 que totalizou R\$563,6 milhões.

(em R\$ mil, exceto %)	30/12/2020	31/12/2019	A.H.	31/12/2018	A.H.
Dívida bruta	827.992	643.360	28,7%	579.241	11,1%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(72.670)	(32.048)	126,7%	(15.603)	105,4%
Dívida Líquida	755.322	611.312	23,5%	563.638	8,4%

Relacionamento com auditores independentes

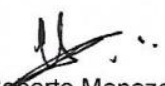
A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência desses auditores e consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, e ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2006, de 28.12.2006, a Companhia informa que no período de janeiro a dezembro de 2020 não contrataram outros serviços, que não sejam relacionados aos de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores externos da Companhia.

Declarações dos Diretores sobre o relatório do auditor independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 31 de março de 2021.



Jose Roberto Menezes Garcia
Diretor Presidente

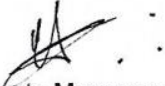


Felipe de Albuquerque Campos
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

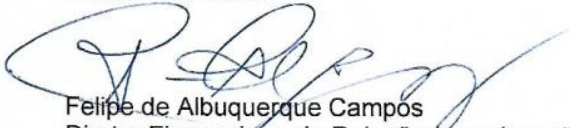
Declarações dos Diretores sobre as demonstrações financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM N° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

São Paulo, 31 de março de 2021.



Jose Roberto Menezes Garcia
Diretor Presidente



Felipe de Albuquerque Campos
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Kalunga S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Kalunga S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão de ICMS da base de cálculo

Conforme divulgado na nota explicativa 8, a Companhia obteve decisão judicial de trânsito em julgado garantindo-lhe o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, referentes ao período de 28 de novembro de 2002 a 31 de julho de 2014, incluindo a correção devida. Tal trânsito em julgado ocorreu em 29 de fevereiro de 2019, e está em linha com o apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, de 15 de março de 2017. Conseqüentemente, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram mensurados considerando julgamentos, interpretações e premissas da administração, e outras informações conforme a documentação que suportam os créditos. Além disso, o processo de cálculo de tais créditos envolveu um número relevante de operações, bem como julgamentos relevantes da administração sobre as modalidades de ICMS que deram origem aos créditos tributários reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2020 o valor dos créditos de PIS e COFINS a recuperar era de R\$ 253.421 mil.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido: i) magnitude dos valores envolvidos; ii) julgamento significativo na mensuração dos referidos créditos tributários e no registro como ativo; iii) impacto que eventuais efeitos da modulação, pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), podem gerar. Consideramos também as estimativas utilizadas por parte da administração na elaboração das projeções para realização desses créditos, as quais podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas que não estão sob o controle da Companhia.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar a avaliar os impactos fiscais envolvidos; a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia; a avaliação da integridade das bases utilizadas para apuração dos créditos; a interpretação da administração dos termos e condições da sentença prolatada e a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela administração nos cálculos para determinação dos créditos tributários e sua realização futura e a adequação das divulgações na nota explicativa 8 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados na mensuração dos créditos tributários e na expectativa de realização destes créditos, assim como as divulgações incluídas na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Drayton Teixeira de Melo
Contador CRC-1SP236947/O-3

Kalunga S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Notas	2020	2019	2018
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	72.670	32.048	15.603
Contas a receber	6	126.396	169.322	160.745
Estoques	7	444.462	520.046	407.415
Impostos a recuperar	8	467.058	342.805	315.218
Outros ativos		2.816	3.242	2.623
Total do ativo circulante		1.113.402	1.067.463	901.604
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	9	526.974	427.232	357.774
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	5.829
Depósitos judiciais	10	10.060	8.877	8.789
Impostos a recuperar	8	155.586	294.231	-
Intangível		3.536	2.319	1.785
Direito de uso	11	502.961	514.393	-
Imobilizado	12	137.866	171.795	136.696
Total do ativo não circulante		1.336.983	1.418.847	510.873
Total do ativo		2.450.385	2.486.310	1.412.477

Kalunga S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Notas	2020	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante				
Fornecedores	13	711.221	849.129	689.694
Empréstimos e financiamentos	14	244.779	148.701	213.230
Empréstimos com partes relacionadas	9	82.833	134.355	24.686
Obrigações trabalhistas		26.437	27.465	23.579
Obrigações fiscais	15	26.142	19.289	12.616
Passivo de arrendamento	11	64.181	54.167	-
Imposto de renda e contribuição social		-	-	2.765
Receita diferida	16	2.111	3.573	9.772
Outros passivos		28.478	31.871	29.938
Total do passivo circulante		1.186.182	1.268.550	1.006.280
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	14	583.213	494.659	366.011
Passivo de arrendamento	11	478.650	478.981	-
Provisão para desmantelamento		5.336	4.858	-
Empréstimos com partes relacionadas	9	-	15.631	725
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	9.780	9.733	7.160
Obrigações fiscais	15	14.498	7.223	7.675
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	18.309	26.314	-
Total do passivo não circulante		1.109.786	1.037.399	381.571
Patrimônio líquido				
Capital social	18	8.300	8.300	8.300
Reserva de capital		6	6	6
Reserva para investimento		3.111	-	-
Reserva especial de dividendos		143.000	-	-
Lucros acumulados		-	172.055	16.320
Total do patrimônio líquido		154.417	180.361	24.626
Total do passivo e patrimônio líquido		2.450.385	2.486.310	1.412.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019	2018
Receita líquida de vendas	20	1.809.199	2.098.852	1.868.683
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados		(1.184.529)	(1.388.232)	(1.212.566)
Lucro bruto		624.670	710.620	656.117
(Despesas) receitas operacionais				
Com vendas	21	(468.877)	(506.531)	(463.635)
Gerais e administrativas	22	(61.877)	(50.846)	(39.907)
Outras receitas, líquidas	23	1.011	132.067	613
		(529.743)	(425.310)	(502.929)
Lucro operacional		94.927	285.310	153.188
Despesas financeiras		(146.387)	(176.370)	(105.225)
Receitas financeiras		48.816	193.346	51.626
Resultado financeiro	24	(97.571)	16.976	(53.599)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.644)	302.286	99.589
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	25	(8.134)	(29.408)	(34.041)
Diferido	25	8.005	(32.143)	443
	25	(129)	(61.551)	(33.598)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(2.773)	240.735	65.991
Quantidade de ações do capital social		500.000.000	500.000.000	500.000.000
(Prejuízo) lucro por ação - básico e diluído (expresso em Reais)	26	(0,0055)	0,4815	0,1320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(2.773)	240.735	65.991
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente	(2.773)	240.735	65.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva para investimento	Reserva especial de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2017	8.300	6	-	-	183	17.146	25.635
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(183)	183	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	65.991	65.991
Distribuição de lucros aos quotistas (Nota 18.e)	-	-	-	-	-	(67.000)	(67.000)
Em 31 de dezembro de 2018	8.300	6	-	-	-	16.320	24.626
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	240.735	240.735
Distribuição de lucros (Nota 18.e)	-	-	-	-	-	(85.000)	(85.000)
Em 31 de dezembro de 2019	8.300	6	-	-	-	172.055	180.361
Aumento de capital (Nota 18.b)	23.171	-	-	-	-	(23.171)	-
Cisão parcial (Nota 18.c)	(23.171)	-	-	-	-	-	(23.171)
Constituição de reservas	-	-	5.884	143.000	-	(148.884)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.773)	(2.773)
Compensação do prejuízo do exercício	-	-	(2.773)	-	-	2.773	-
Em 31 de dezembro de 2020	8.300	6	3.111	143.000	-	-	154.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
Atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.644)	302.286	99.589
Ajuste para reconciliar o (prejuízo) lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa			
Depreciação e amortização	102.254	95.898	24.640
Valor residual baixado de ativo imobilizado e arrendamento	275	1.399	618
Provisão para perdas esperadas de contas a receber	2.398	2.312	2.797
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	817	6.151	5.549
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	(120)	232	(233)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	460	1.103	399
Juros sobre empréstimos para partes relacionadas	(28.669)	(43.297)	(30.933)
Juros de empréstimos e financiamentos	39.178	50.322	43.484
Juros de passivo de arrendamento	61.354	53.037	-
Descontos obtidos em arrendamentos	(27.780)	-	-
Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores	6.864	(1.226)	2.500
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	-	(249.319)	-
Juros sobre parcelamentos de tributos, créditos fiscais e outros	(2.717)	(7.430)	411
	151.670	211.468	148.821
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	41.533	(11.012)	(98)
Estoques	77.493	(113.762)	(73.139)
Impostos a recuperar	17.971	(55.207)	(79.164)
Outros ativos	426	(619)	(1.092)
Depósitos judiciais	(1.183)	(88)	(7.712)
Adiantamentos a partes relacionadas	(27.686)	6.668	(5.033)
Fornecedores	(147.566)	161.683	151.160
Obrigações trabalhistas	(1.028)	3.886	3.420
Obrigações fiscais	19.974	5.783	(4.540)
Receita diferida	(1.462)	(6.199)	2.749
Pagamento de processos cíveis e trabalhistas	(770)	(3.578)	(3.163)
Outros passivos	(3.393)	1.933	7.264
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.134)	(32.173)	(32.307)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	117.845	168.783	107.166

Kalunga S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
Atividades de investimentos			
Empréstimos concedidos para partes relacionadas, líquido de recebimentos	(43.387)	(117.829)	(115.369)
Aquisição de ativo imobilizado	(18.762)	(62.773)	(37.537)
Aquisição de ativos intangíveis	(2.233)	(1.373)	(546)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(64.382)	(181.975)	(153.452)
Atividades de financiamentos			
Empréstimos captados de partes relacionadas, líquido de pagamentos	(67.613)	123.472	16.796
Pagamentos de passivo de arrendamento	(90.682)	(107.632)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	337.542	742.587	241.184
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(63.428)	(48.698)	(43.357)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(128.660)	(680.092)	(156.852)
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamentos	(12.841)	29.637	57.771
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	40.622	16.445	11.485
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.048	15.603	4.118
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	72.670	32.048	15.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
Receitas	2.377.117	2.787.883	2.483.182
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.377.859	2.783.422	2.475.884
Outras receitas	1.656	4.683	1.322
Provisão/reversão de perdas esperadas de crédito	(2.398)	(222)	5.976
Insumos adquiridos de terceiros	(1.737.808)	(1.969.076)	(1.723.312)
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos	(1.485.736)	(1.787.801)	(1.562.804)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(251.517)	(177.681)	(151.123)
Perda/recuperação de ativos	(555)	(3.594)	(9.385)
Valor adicionado bruto	639.309	818.807	759.870
Retenções	(108.648)	(101.353)	(24.640)
Depreciação e amortização	(108.648)	(101.353)	(24.640)
Valor adicionado líquido produzido	530.661	717.454	735.230
Valor adicionado recebido em transferência	50.749	195.681	53.300
Receitas financeiras	50.749	195.681	53.300
Valor adicionado total a distribuir	581.410	913.135	788.530
Distribuição do valor adicionado	(581.410)	(913.135)	(788.530)
Pessoal	(172.329)	(190.919)	(161.201)
Remuneração direta	(143.063)	(156.978)	(133.140)
Benefícios	(17.044)	(19.479)	(15.850)
F.G.T.S.	(12.222)	(14.462)	(12.211)
Impostos, taxas e contribuições	(286.339)	(274.751)	(336.253)
Federais	(64.614)	(15.839)	(105.373)
Estaduais	(206.973)	(245.463)	(219.433)
Municipais	(14.752)	(13.449)	(11.447)
Remuneração de capitais de terceiros	(125.515)	(206.730)	(225.085)
Aluguéis	25.401	(31.342)	(120.536)
Despesas financeiras	(136.843)	(159.384)	(95.220)
Outros	(14.073)	(16.004)	(9.329)
Remuneração de capitais próprios	2.773	(240.735)	(65.991)
Prejuízo (Lucros retidos)	2.773	(155.735)	-
Lucros distribuídos	-	(85.000)	(65.991)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Kalunga S.A. possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 223 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (222 e 196 lojas em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente).

Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social de Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

COVID-19

A Companhia continua monitorando o andamento do COVID 19 e seus impactos nas operações. A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19, incluindo:

- (i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia de COVID-19;
- (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;
- (iii) otimização do estoque do CD Clientes, que efetua todo o atendimento das vendas dos canais virtuais em quantidade julgada suficiente para fazer frente ao crescimento desse segmento, e eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento;
- (iv) alinhamento com prestadores de serviços de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;
- (v) reforço do número de colaboradores tanto do CD Clientes, quanto do SAC e do atendimento virtual, através de realocação de colaboradores de outras áreas;
- (vi) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes;
- (vii) negociações individuais com seus colaboradores, para aplicação de reduções de jornada, conforme a MP 936/20;
- (viii) Em função da pandemia do COVID 19, vários Estados proporcionaram programas de parcelamento de ICMS. A Companhia aderiu a esse programa em quase todos os Estados (menos em São Paulo), solicitando o parcelamento dos pagamentos de ICMS de competência de março, abril e maio de 2020.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O fechamento parcial das lojas durante o exercício de 2020, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, resultou numa redução da receita de vendas da Companhia em torno de 14%, sendo justamente o canal de vendas de lojas o mais afetado, com redução de 26%. Por outro lado, a pandemia proporcionou um incremento nas receitas do canal digital, que apresentou um incremento de 78%. A Companhia conseguiu manter a margem bruta em torno de 35% sobre as vendas. Mas a manutenção dos custos fixos, associado à redução das vendas e ao ganho não recorrente de causa tributária envolvendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS em 2019, resultaram na redução do lucro líquido de R\$240.735 no exercício findo em 2019 para um prejuízo de R\$2.773 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/20, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

(i) Perdas estimadas do contas a receber

A partir de 20 de março de 2020 por determinações governamentais, a Companhia teve suas operações negativamente afetadas pela COVID-19, dado que foi obrigada a cumprir com o fechamento das lojas físicas. Por conta disso, ainda que a Administração da Companhia não tenha feito alterações nas práticas comerciais, acabou ocorrendo uma migração das vendas das lojas físicas para os canais digitais, sobretudo o e-commerce. Em decorrência desta migração, a Companhia acabou sendo alvo de fraudes em compras efetuadas com cartões de crédito em que os detentores não reconheciam a transação, apesar de tomar todas as medidas aplicáveis, incluindo a utilização de diferentes serviços de verificação de dados e de proteção contra fraudes. Dada a natureza e histórico de recuperação destas disputas, a Administração da Companhia decidiu por baixar R\$ 1.885 para resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Com a reabertura gradual das lojas físicas, a Administração da Companhia notou uma gradativa queda no faturamento dos canais digitais. No entanto, conseguiu manter o faturamento em patamares superiores ao verificado no exercício de 2019. Dado que a Administração da Kalunga pretende continuar com esta prática, espera-se que a Kalunga possa ser alvo de novas fraudes de cartão de crédito. Sendo assim, a Administração da Kalunga calculou em 0,95% o percentual do faturamento dos canais digitais via cartões de crédito que poderiam se tornar uma provisão para perda esperada de créditos.

Adicionalmente, a Administração da Companhia percebendo que os efeitos do COVID-19 trariam choques adversos sobre a economia brasileira e as empresas em geral com uma potencial deterioração do crédito, passou a adotar medidas nas vendas faturadas para atenuar estes efeitos, entre elas:

- em abril, no pico do isolamento, o índice de atraso de 01 a 30 dias foi de 6,81%, um dos maiores da série histórica desde o “movimento dos caminhoneiros” em 2018;
- iniciou em abril um processo de concessão de prorrogação (prorrogação de recebíveis), processo este terminado em junho. Esta ação envolveu 253 empresas (500 títulos), totalizando R\$542 mil, com prazo médio de 39 dias de prorrogação;

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- o índice de cumprimento das prorrogações foi de 92% e para os casos de descumprimento foi utilizada uma estratégia e abordagem de cobrança mais incisiva que a habitual;
- o fato positivo e inusitado desta ação foi que 100% das empresas, com compromisso de prorrogação firmados para os meses de abril e maio, liquidaram seus débitos; e
- no mês de julho, foi registrado o índice de atraso de 01 a 30 de 2,09%: o melhor índice para este período até a presente data.

Desta forma, percebe-se que ainda que fosse esperada uma piora no índice de atraso, a ação efetiva da Administração da Companhia (prorrogação de recebíveis) durante a pandemia mitigou esse risco. Os percentuais de recuperação históricos da Kalunga para as diferentes faixas de Vencidos e A Vencer – Faturado continuaram servindo de base para o cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos.

Como resultado desse monitoramento intensivo, a Companhia conseguiu manter os níveis de provisão para perdas com recebíveis, sendo que no exercício de 2020 foram provisionados R\$2.398, representando um montante muito próximo ao provisionado em 2019 (R\$2.312).

Em relação ao total das contas a receber de clientes, a provisão em 31 de dezembro de 2020 equivale a 1,01%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 equivalia a 1,88%.

(ii) Valor de recuperação dos estoques

Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. Como pode ser constatado na demonstração do resultado do exercício, a margem bruta aumentou em 0,6 pontos percentuais de 33,9% para 34,5%.

(iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente

Dado o cenário atual de taxa básica de juros (Selic acumulada 12 meses, 6,03% em 31 de dezembro de 2019 e 2,75% em 31 de dezembro de 2020), todas as taxas de juros utilizadas para desconto a valor presente em dezembro de 2020 tiveram reduções quando comparadas com dezembro de 2019, como seguem:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Taxa de juros – AVP Clientes	0,40%am	0,60%am
Taxa de juros – AVP Fornecedores	0,52%am	0,69%am
Taxa de juros – AVP Arrendamentos	0,40%am	0,80%am

(iv) Realização de imposto de renda diferido ativo

Refere-se basicamente ao imposto incidente sobre adições temporárias, normais a atividade da Companhia. Não foi observada nenhuma evidência que possa afetar a sua realização.

(v) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos.

- (vi) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19

Como resultado dessa revisão, a Companhia identificou ajustes relacionados aos benefícios recebidos de arrendadores no valor de R\$27.780 (Nota 11).

Aquisição da Spiral

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia (em conjunto com os “Vendedores”) para a aquisição de 100% das quotas da Spiral do Brasil Ltda. (“Spiral”), no valor total de R\$106.250.

O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito devido pela Kalunga contra os Vendedores, na forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

A conclusão de referida transação ainda não ocorreu na data-base dessas demonstrações financeiras e está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Kalunga. Sendo assim, a Companhia espera que a transação esteja concluída e em vigor na data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações, ocasião em que a Kalunga passará à condição de acionista controladora da Spiral.

O preço da futura aquisição das quotas da Spiral foi definido com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente, datado de 22 de setembro de 2020, que apurou valor de R\$106.250 para a Spiral, utilizando como critério de avaliação o método do fluxo de caixa descontado.

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou passivo circulante líquido de R\$72.780 (R\$201.087 e R\$104.676 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A administração da Companhia ressalta que o prazo médio de recebimento de clientes é de 30 dias em 31 de dezembro de 2020 (30 dias e 31 dias em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente) enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 270 dias em 31 de dezembro de 2020 (259 dias e 215 dias em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente).

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Em decorrência do cenário de pandemia do COVID 19, a administração ajustou as operações visando: i) os cuidados necessários com a saúde dos funcionários; ii) a preservação de caixa; iii) o fechamento de certas lojas físicas; e iv) a aceleração de migração de vendas dos canais físicos para os canais digitais.

Desta forma, a Companhia desacelerou o ritmo de abertura de lojas físicas, totalizando 9 novas lojas (comparado as 26 novas lojas em 2019 e 22 novas lojas em 2018). Em decorrência da pandemia do COVID 19 houve o fechamento de 8 lojas, tendo encerrado o ano com 223 lojas em operação (222 lojas em 2019). A receita líquida no canal digital cresceu 78% em 2020 beneficiada pela migração dos clientes dos canais físicos para os canais digitais (9% em 2019). A Companhia apresenta patrimônio líquido positivo nos últimos exercícios sendo R\$154 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$180 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$25 milhões em 31 de dezembro de 2018), ressaltando que em 2020 ocorreu uma cisão parcial de R\$23 milhões. A Companhia vinha apresentando crescimento sustentável de lucratividade, que em 2020 foi bruscamente interrompido pela pandemia do COVID 19, que causou grande impacto em seu faturamento ao longo de 10 meses. Com isso o prejuízo foi de R\$2,8 milhões (sendo lucro líquido de R\$241 milhões em 2019 e R\$66 milhões em 2018). A Companhia vem apresentando crescimento sustentável de geração de caixa operacional relevantes sendo R\$118 milhões em 2020 (R\$169 milhões em 2019 e R\$107 milhões em 2018).

A estratégia de crescimento da Companhia permanece baseada na expansão dos pontos de vendas no território nacional, sobretudo nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, locais em que ainda está pouco presente.

Continuam os estudos e desenvolvimento de atividades alternativas, principalmente focando nos canais digitais e “Ominichannel” da operação, com o desenvolvimento de novas ferramentas e formas de atendimento ao cliente, como por exemplo o *store pick-up* e o *shipping from store*. Adicionalmente, a administração identifica boas possibilidades para a expansão de unidades de *Copy & Print* dentro das lojas Kalunga, que em 2020 gerou receita líquida de R\$2 milhões, mesmo com o impacto da pandemia do COVID-19 (R\$3 milhões em 2019 e R\$2 milhões em

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2018).

Ainda nos verticais de crescimento da Companhia, a Administração acredita muito no *Online Partner Store*, em que a Companhia faz parcerias exclusivas com alguns de seus fornecedores para efetuar a gestão e operação de seus e-commerces. Este serviço começou no quarto trimestre de 2019, mas efetivamente iniciou as operações em janeiro de 2020 e respondeu por R\$42 milhões de vendas brutas em 2020.

A Companhia, como em anos anteriores, tem utilizado os recursos de instituições financeiras de grande porte no mercado nacional. As linhas de crédito mais utilizadas são: capital de giro (garantidos por aval dos acionistas e recebíveis) e antecipações de recebíveis (cartões).

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Devido a arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2021.

3. Políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação, são valorizados pelo custo amortizado e acrescidos de rendimentos auferidos até a data de reporte e sujeitos a risco insignificante de desvalorização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia, classificados no ativo circulante, uma vez que são recebíveis de curto prazo.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor líquido de realização, ajustado a valor presente, e compreendem basicamente as operações com cartões de crédito e vendas a prazo.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as vendas com cartões de crédito, o risco de inadimplência é das administradoras de cartões de crédito. Sobre as vendas com cartão de crédito a Companhia reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente (*chargeback*), para os demais recebíveis a Companhia registra a provisão de perda para créditos esperadas conforme a normativa aplicável.

3.3 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ajustado a valor presente, e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda, bem como determinados tributos sobre as vendas, deduzidos de acordos comerciais recebidas de fornecedores.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem negativa, quando aplicável, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

3.4 Acordos comerciais

Acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares, são apresentados como redutores do custo das compras e, portanto, a parcela de produtos não comercializados é apresentada como redutora do custo dos estoques. A liquidação destes acordos ocorre por meio de depósitos em espécie ou abatimento de faturas a pagar aos fornecedores. Saldos de acordos comerciais cuja obrigação da Companhia foi cumprida, porém não recebidos, são apresentados como recebíveis quando não há saldos a pagar ao respectivo fornecedor.

3.5 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis.

3.6 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos que são classificados sempre no ativo/passivo não circulante, independentemente do seu prazo de realização/liquidação.

3.7 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, dos respectivos ativos e passivos.

A Companhia efetua o desconto a valor presente do contas a receber de clientes, estoques e fornecedores. As taxas utilizadas e montantes dos ajustes a valor presente estão descritas nas Notas 6, 7, 11 e 13.

3.8 Intangível

São classificados nesta conta os gastos com aquisições de licenças de uso de *softwares* utilizados na operação do banco de dados e dos sistemas operacionais, estando avaliados pelo custo de aquisição.

Conforme análises técnicas da área de tecnologia a vida útil estimada é de cinco anos, amortizado durante esse período de forma linear.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.9 Arrendamentos

Política contábil vigente até 31 de dezembro de 2018

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Empresa basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados e ativados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Empresa obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamentos, qualificados para registro no balanço patrimonial, são reconhecidos como redução do passivo de arrendamento de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Os pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais, não qualificados para registro no balanço patrimonial, são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do contrato.

Política contábil vigente a partir de 1º de janeiro de 2019

A partir de 1º de janeiro de 2019, a política contábil de arrendamento foi alterada, conforme segue.

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento brutos de PIS e COFINS pelo prazo do contrato e renovação quando esta seja permitida pelo contrato e intenção da Companhia. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável.

Provisão para desmantelamento de lojas

Para os contratos de aluguéis de lojas que possuem cláusulas de restauração do imóvel, a Companhia efetua uma estimativa dos custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do contrato de arrendamento.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para desmantelamento é demonstrada em conta separado do passivo não circulante, tendo como contrapartida o ativo por direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora.

3.10 Imobilizado

Os terrenos, as benfeitorias e as instalações, compreendem os gastos com as estruturas e a preparação para operacionalizar as lojas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados, as benfeitorias são depreciadas pelo menor prazo entre a vida útil estimada da benfeitoria ou do prazo de arrendamento. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Administração da Companhia avaliou as taxas atuais de depreciação e concluiu que são adequadas, considerando que não houve nenhuma mudança operacional relevante em seu negócio. Dessa forma, decidiu manter inalteradas as taxas de depreciação, calculadas usando o método linear para alocar os custos dos ativos durante a sua vida útil estimada, como segue:

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média de depreciação em % a.a.		
	2020	2019	2018
Benfeitorias em imóveis de terceiros (conforme prazo contratual da locação)	12,5	12,5	12,5
Instalações	9,6	9,6	9,7
Empilhadeiras	8,3	8,3	8,0
Móveis, utensílios	9,4	9,4	9,6
Aeronaves	3,9	3,9	3,9
Veículos	5,0	5,0	5,0
Outros	10,9	10,9	14,2

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Caso haja necessidade de estimar o valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia, limitado ao prazo de utilização previsto para o ativo, que pode ser contratual ou com base em sua vida útil. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes para as unidades geradoras de caixa (definidas como lojas e centros de distribuição), os quais são elaborados separadamente

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados.

A perda por desvalorização do ativo, quando identificada, é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para os ativos intangíveis, direito de uso e ativo imobilizado, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

3.12 Fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por mercadorias e serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estão apresentadas descontadas a valor presente.

3.13 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado”. Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes.

Sendo que os prazos de pagamento e os preços praticados na compra de produtos desses fornecedores se mantem os mesmos antes e depois da inclusão no risco sacado, há somente a alteração do destinatário do pagamento (instituição financeira ao invés do fornecedor), bem como os prazos de pagamentos estão compreendidos dentro do ciclo normal de operação da Companhia. Portanto a Companhia apresenta o saldo destas transações operacionais em “Fornecedores nacionais – risco sacado” em seu passivo circulante. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.14 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

3.15 Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação, quando aplicável, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto, quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados, quando aplicáveis, são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Companhia possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.

3.17 Benefícios a funcionários e administradores

A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores e não mantém plano de benefícios a funcionários e administradores na forma de planos de bônus ou participação nos lucros.

3.18 Reconhecimento de receitas e custos

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios descritos a seguir:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

b) Prestação de serviços

Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro contra roubo, furto e quebra acidental e serviços gráficos (Copy & Print) as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíam para a Companhia e os

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

c) Direito de devolução

As operações de venda seguidas de eventuais devoluções ocorrem substancialmente nas operações de *e-commerce*. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são normalmente em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como receitas após 12 meses quando, conforme política da Companhia, expira a validade para troca destes créditos.

d) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

Os custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita. Os gastos com frete incorridos para transporte de suas mercadorias dos centros de distribuição para as lojas da rede de atendimento ao público estão classificados como custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas é apresentado líquido dos valores relativos a acordos comerciais recebidos de fornecedores.

3.19 Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas.

3.20 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em quotas efetivas. O prejuízo no exercício é considerado anti-dilutivo.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras a Companhia não possuía instrumentos de patrimônio portanto o lucro (prejuízo) básico e diluído são idênticos.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.21 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A Companhia possui instrumentos financeiros ativos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas esperadas de crédito são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas de crédito são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda esperada de crédito de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda esperada de crédito).

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas esperadas de crédito. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas esperadas de crédito em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A provisão para perdas de créditos esperadas é calculada com base no histórico de perdas dos últimos 2 anos, porém considerando também as perdas esperadas sobre os recebíveis a vencer.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, e contas a pagar a partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A Companhia possui instrumentos financeiros passivos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

iv) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

3.22 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

Alterações no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Benefícios Relacionados ao COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) / IFRS 16 sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia do COVID-19.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado ao COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) / IFRS 16 se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A Companhia optou pela adoção desse expediente prático, resultando num benefício reconhecido no resultado do exercício no montante de R\$27.780 (Nota 11).

Demais alterações e revisões

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram efetuadas alterações e revisões nos seguintes pronunciamentos, envolvendo os seguintes assuntos:

- a) Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3: Definição de negócios;
- b) Alterações no CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- c) Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8: Definição de material; e
- d) Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.24 Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes pronunciamentos e alterações foram emitidos, mas ainda não vigentes:

Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1 envolvendo a classificação como passivo circulante e não circulante

As alterações serão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia planeja adotar as novas normas na data efetiva, e de acordo com avaliação prévia da Administração, essas não trarão impacto em suas demonstrações financeiras.

3.25 Segmento operacional

A Companhia possui um único segmento operacional que é utilizado pela administração para fins de análise e tomada de decisão.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Recuperação de créditos tributários

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia.

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019	2018
Caixa e bancos	25.455	26.172	6.522
Aplicações financeiras	47.215	5.876	9.081
	72.670	32.048	15.603

As aplicações financeiras estão concentradas em fundos de investimentos e CDBs, em bancos de primeira linha. Os fundos de investimentos são remunerados a uma taxa equivalente a 6% da taxa média do CDI (40% em 2019 e 2018), os CDBs renderam 103% do CDI em 2020 (98% em 2019 e 2018), e possuem liquidez imediata.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	2020	2019	2018
Cartões de crédito e débito de terceiros (i)	104.094	149.383	137.752
Duplicatas a receber (ii)	18.554	17.864	16.897
Outros créditos - representados por notas de débitos e outros	3.159	5.327	3.999
Vendas à vista de lojas (a ser depositado)	3.262	2.322	7.326
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.322)	(2.327)	(2.204)
	127.747	172.569	163.770
Provisão para perdas esperadas de crédito	(1.351)	(3.247)	(3.025)
	126.396	169.322	160.745

(i) As operações com cartões de crédito de terceiros podem ser pagas em até 10 parcelas sem juros e sem encargos financeiros.

(ii) As vendas a prazo para pessoa jurídica são realizadas por meio de emissão de duplicatas podendo ser pagas em até três parcelas, sem incidência de encargos financeiros.

A distribuição por vencimento dos recebíveis está apresentada abaixo:

	2020	2019	2018
A vencer	125.766	167.395	158.513
Vencidos até 30 dias	1.031	1.604	3.564
Vencidos de 31 até 60 dias	254	847	44
Vencidos de 61 até 90 dias	71	87	48
Vencidos de 91 até 360 dias	435	1.681	134
Vencidos acima de 360 dias	190	955	1.467
	127.747	172.569	163.770

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito foi como segue:

	2020	2019	2018
Saldo inicial	3.247	3.025	9.001
Constituição de provisão	2.398	2.312	2.797
Baixa por perda efetiva do contas a receber	(4.294)	(2.090)	(8.773)
Saldo final	1.351	3.247	3.025

Qualidade de créditos

Parte substancial das vendas é realizada por meio de cartões de crédito de diversas bandeiras. A Companhia considera baixo o risco de crédito e adota como política baixar diretamente para o resultado os créditos vencidos para os quais foram esgotados todos os procedimentos de tentativa de recuperação. Em 2020, foram baixados recebíveis e respectivas provisões para perda no montante de R\$4.294 (R\$2.090 e R\$8.773 em 2019 e 2018, respectivamente).

Foi constituída provisão para perda esperada de crédito, baseada na média histórica de perdas, sendo apurada com base em estudos conjuntos do setor financeiro e do setor contábil da Companhia, nos últimos dois exercícios. Assim a Companhia concluiu que o risco de perdas é

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

equivalente a 1,01% em 2020 (1,88% e 1,87% em 2019 e 2018, respectivamente) do total das contas a receber, sendo então constituída a provisão de R\$2.398 (R\$2.312 e R\$2.797 em 2019 e 2018, respectivamente), a qual a Administração da Companhia julga suficiente para cobrir perdas esperadas.

Ajuste a valor presente

O valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 0,40% ao mês em 2020 (0,60% e 0,62% em 2019 e 2018, respectivamente), que seria aplicada pela tesouraria da Companhia, caso ocorressem antecipações dos recebíveis com as instituições financeiras.

7. Estoques

	2020	2019	2018
Mercadorias para revenda			
nos centros de distribuição	189.823	186.105	155.372
nas lojas	269.367	360.081	269.413
Acordos comerciais	(11.583)	(21.086)	(13.447)
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.784)	(4.573)	(3.674)
Provisão para obsolescência	(361)	(481)	(249)
	444.462	520.046	407.415

O valor presente das compras de produtos, não vendidos em 2020 foi calculado considerando a taxa de 0,40% ao mês, (0,69% a.m. e 0,70% a.m. em 2019 e 2018, respectivamente) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.

8. Impostos a recuperar

	2020	2019	2018
Créditos de ICMS-ST a recuperar (i)	333.980	350.289	274.550
ICMS-ST a recuperar - operações correntes (saldo credor)	2.200	2.804	1.114
Créditos de PIS/COFINS a recuperar (ii)	253.421	257.332	25.722
PIS/COFINS a recuperar	10.322	13.253	10.257
Antecipação IRPJ/CSLL	19.164	8.894	-
PIS/COFINS a recuperar – aquisição de imobilizado	3.557	4.464	3.575
Total	622.644	637.036	315.218
Circulante	467.058	342.805	315.218
Não circulante	155.586	294.231	-

(i) ICMS substituição tributária

A partir de 10 de abril de 2008, conforme Decretos Estaduais nos 52.847 e 52.942, vários produtos comercializados passaram a ser tributados observando o regime de substituição tributária.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor do ICMS pago antecipadamente (incluso nas notas fiscais dos fornecedores) é contabilizado em rubrica específica do ativo, sendo levado a resultado na conta "Impostos incidentes sobre vendas" quando do faturamento pela venda dos respectivos produtos. Para as saídas interestaduais o imposto começou a ser recuperado em julho de 2011. Em 2020, o montante recuperado foi de R\$118.671 (R\$83.091 e R\$75.681 em 2019 e 2018, respectivamente), conforme legislação específica. Os valores relativos ao ICMS-ST são utilizados apenas após a obtenção do código "hash", informado pela SEFAZ, e preferencialmente para pagamento a fornecedores.

(ii) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia possui duas ações ajuizadas discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, conforme segue:

Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100: discute-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, já foi obtida decisão judicial favorável definitiva, transitada em julgado em 28/02/2019, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos de PIS e de COFINS, no período de 28/11/2002 até 31/12/2014; neste caso vale ressaltar que apesar do Mandado haver sido ajuizado em 2010, a sentença judicial considerou que os valores foram recolhidos indevidamente desde 2002, porque já havia sido o período apresentado em juízo um Protesto Interruptivo de Prescrição em 2007.

Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100: discute-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, foi concedida a medida liminar (em 15/12/2017) para autorizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, tendo este provimento sido confirmado em sentença proferida em 14/02/2019. Com esteio nessas decisões, foi efetuada a referida exclusão do ICMS, da seguinte forma: (a) por meio de reconhecimento de créditos extemporâneos, em relação ao ano de 2018; e (b) diretamente na apuração, a partir de 2019.

Como o Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100 teve trânsito em julgado de forma definitiva em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia reconheceu créditos totais de PIS/COFINS no montante total de R\$257.607 sendo R\$142.391 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R\$115.216 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Após o registro inicial, estes créditos tributários continuam sendo atualizados com base à SELIC, sendo que no exercício de 2020 foram registrados R\$3.579 como resultados financeiros. Os efeitos tributários incidentes sobre os créditos (principal) foram registrados em mesma data como imposto diferido passivo. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia protocolou o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório Nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100).

A Administração identificou riscos de recuperabilidade sobre os créditos que foram reduzidos em R\$15.200. Estes créditos potenciais foram avaliados como ativo contingente e, portanto, não registrados. Para este crédito potencial complementar, a Administração está preparando documentação suporte para o pedido de habilitação junto às autoridades fiscais. Portanto o saldo apresentado na rubrica PIS/COFINS a recuperar, está assim composto:

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconhecimento do crédito em 2018 - Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100	38.578
Crédito utilizado em pagamentos de PIS/COFINS	(12.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.722
Reconhecimento de créditos de transações de 2019	43.581
Reconhecimento do crédito em 2019 - Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	257.607
Redução de créditos potenciais não registrados no Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	(14.845)
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial) referentes ao Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	6.557
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(61.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	257.332
Reconhecimento de créditos de transações de 2020	35.665
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial) referentes ao Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	3.579
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(43.155)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	253.421

O efeito dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100 descritos na movimentação da conta acima foram registrados através da redução do valor da própria despesa na rubrica "PIS e COFINS sobre vendas", redutora das vendas brutas.

9. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

	2020	2019	2018
Ativo não circulante			
Adiantamentos e conta corrente			
Spiral do Brasil Ltda. (i)	29.410	-	5.836
Contratos de mútuo			
Acionistas controladores (ii)	492.086	422.608	348.143
Blantys Participações Ltda. (ii)	5.478	4.624	3.795
	526.974	427.232	357.774
Passivo circulante			
Fornecedores			
KA Solution – Tecnologia	982	839	650
Spiral do Brasil Ltda - fornecedores	-	2.024	-
Spiral do Brasil Ltda – risco sacado	94.647	130.104	99.384
Empréstimos com partes relacionadas			
Spiral do Brasil Ltda. (iv)	82.833	134.355	24.686
Arrendamentos e outras contas a pagar			
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	690	646	-
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	950	869	-
	180.102	268.837	124.720
Passivo não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas			
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. (iii)	-	15.631	725
Arrendamentos e outras contas a pagar			
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	4.712	5.063	-
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	6.254	6.593	-
	10.966	27.287	725

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se a adiantamentos e conta corrente com parte relacionada permitindo a importação e produção de materiais comercializados pela Companhia. A conta corrente é sujeita à encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2020 ficou entre 0,38% e 0,65% ao mês (entre 0,67% e 1,16% e entre 0,58% e 1,02% ao mês em 2019 e 2018, respectivamente), sem vencimento pré-determinado.
- (ii) Refere-se a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2020 ficou entre 0,38% e 0,65% ao mês (entre 0,67% e 1,16% e entre 0,58% e 1,02% ao mês em 2019 e 2018, respectivamente), sem vencimento pré-determinado.
- (iii) Refere-se a contrato de mútuo com taxa de juros de 0,60% a.m. (0,90% a.m. e 0,95% a.m. em 2019 e 2018, respectivamente), liquidado antecipadamente em 20 de maio de 2020.
- (iv) Em 2020, 2019 e 2018 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas nos respectivos exercícios subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras foram transferidos para a Kalunga, que registrou a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Companhia com características de financiamento e consequentemente apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa. A Spiral não cobra juros ou encargos sobre essas transações com a Kalunga, sendo os vencimentos em 30 de março e 11 de junho de 2021.

b) Transações com partes relacionadas

2020						
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	180.532	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	675	903	-	-
Despesas com tecnologia	-	12.204	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	12.204	675	903	-	-
Receitas financeiras – mútuo	1.724	-	-	-	26.650	295
Despesas financeiras	-	-	(460)	-	-	-
Total resultado financeiro	1.724	-	(460)	-	26.650	295

2019						
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	232.336	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	629	839	-	-
Despesas com tecnologia	-	10.506	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	10.506	629	839	-	-
Receitas financeiras – mútuo	831	-	-	-	42.054	412
Despesas financeiras	-	-	(1.103)	-	-	-
Total resultado financeiro	831	-	(1.103)	-	42.054	412

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018					
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	177.585	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	591	781	-	-
Despesas com tecnologia	-	8.849	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	8.849	591	781	-	-
Receitas financeiras – mútuo	817	-	-	-	29.801	315
Despesas financeiras	-	-	(398)	-	-	-
Total resultado financeiro	817	-	(398)	-	29.801	315

c) Relacionamento com partes relacionadas:

As partes relacionadas listadas nos quadros anteriores correspondem a entidades controladas pelos (ou sob influência dos) acionistas controladores da Kalunga. A Companhia não possui vínculos societários com estas entidades, seja como investida ou investidora.

- Spiral do Brasil Ltda. – fornecedor de produtos fabricados e importados para revenda. A Kalunga proporciona suporte financeiro através de adiantamentos e mútuos de curto prazo (“conta corrente”) para esta empresa. Além disso a Kalunga possui financiamentos feitos pela Spiral conforme detalhado no item (iv) anterior.
- Blantys Participações Ltda. – a Companhia não realiza transações operacionais com essa parte relacionada, proporcionando apenas suporte financeiro através de mútuos;
- Ka Solution Tecnologia – parte relacionada que realiza a atividade de desenvolvimento de TI da Companhia;
- DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. – Locadora do imóvel da sede administrativa da Companhia. Além da locação, a Companhia eventualmente proporciona suporte financeiro através de contratos de mútuos;
- Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. - locadora do imóvel da loja situada no bairro de Sacomã (São Paulo);

As condições e preços das transações entre as partes relacionadas são estabelecidas em acordos entre as entidades. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

As despesas relativas à remuneração do pessoal chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão demonstradas abaixo:

	2020	2019	2018
Remuneração e encargos	820	180	180
Benefícios	264	-	-
Total	1.084	180	180

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Avais com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era avalista: (i) na transação entre a Spiral e a Heildeberg Druckmaschinen AG, firmada em 16 de março de 2016, com vencimentos até março de 2021, com o saldo devedor de R\$ 0,8 milhão (R\$1,4 milhões e R\$2,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente); (ii) na transação entre a Spiral e a Barry Wehmiller Bielomatik GMBH, firmada em outubro de 2016, com vencimentos até setembro de 2021, com o saldo devedor de R\$ 1,8 milhão (R\$3,1 milhões em 31 de dezembro de 2019); (iii) em contratos de FINIMP da Spiral, para aquisição de mercadoria, com o Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 15,4 milhões, com vencimentos entre janeiro e abril de 2021 (R\$24,5 milhões e R\$0,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, também com as mesmas características de financiamento, todavia, através do Banco Santander (Brasil) S.A., com vencimento em 2020); (iv) em cartas de crédito para importação com o Banco Bradesco S.A., com vencimentos entre janeiro e março de 2021, no valor de R\$ 5,1 milhões (R\$ 10,8 milhões e R\$0,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, com o Banco Santander (Brasil) S.A., integralmente liquidado durante 2020); e (v) em cédula de crédito bancário junto ao Banco Itaú, no valor de R\$ 10,0 milhões, com vencimentos mensais e sucessivos de julho de 2021 a novembro de 2024.

10. Depósitos judiciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Processos tributários - PIS/COFINS (i)	8.803	7.928	7.928
Processos trabalhistas	636	586	498
Processos cíveis	621	363	363
	<u>10.060</u>	<u>8.877</u>	<u>8.789</u>

(i) Para mitigar possíveis efeitos do auto de infração descrito na Nota 15, a Administração decidiu depositar em juízo os valores de créditos de PIS e COFINS tomados sobre as despesas consideradas insumos (taxa de cartões, material de embalagens, despesas com telefones e depreciação de máquinas e equipamentos) referentes ao período de jan/2016 a jul/2017, e a partir de então parou de tomar os créditos.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamentos

	<u>Direito de uso</u>	<u>Passivo de arrendamento</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	514.393	(533.148)
Novos contratos	21.785	(21.785)
Provisão de desmantelamento de lojas - componente do Direito de uso	163	
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	47.806	(47.806)
Baixa de contratos	(2.685)	2.800
Amortização de direito de uso	(78.501)	-
Juros apropriados no exercício	-	(61.354)
Descontos obtidos COVID-19	-	27.780
Pagamentos de arrendamentos	-	90.682
Saldos em 31 de dezembro de 2020	502.961	(542.831)
Circulante	-	(64.181)
Não circulante	502.961	(478.650)
Direito de uso, líquidos de amortização	499.387	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.574	-
Total	502.961	-

	<u>Direito de uso</u>	<u>Passivo de arrendamento</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	469.121	(469.121)
Provisão para desmantelamento e devolução de ativos arrendados	4.828	-
Saldos em 1º de janeiro de 2019	473.949	(469.121)
Novos contratos	86.908	(86.908)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos.	28.230	(28.230)
Baixa de contratos	(187)	486
Amortização	(74.507)	-
Juros apropriados no exercício	-	(57.007)
Pagamento de arrendamentos	-	107.632
Saldos em 31 de dezembro de 2019	514.393	(533.148)
Circulante	-	(54.167)
Não circulante	514.393	(478.981)
Direito de uso, líquidos de amortização	510.348	
Gastos com desmantelamento, líquidos de amortização	4.045	
Total	514.393	-

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Até 31 de dezembro de 2019, a rubrica de direito de uso contempla os contratos de locação da Companhia que se referem a imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo. Em 31 de dezembro de 2020, além desses contratos de locação de imóveis, a rubrica também contempla locação de equipamentos de informática. A composição dos ativos por direito de uso é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imóveis	502.685	514.393
Equipamentos de informática	276	-
Total	<u>502.961</u>	<u>514.393</u>

A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente do contrato, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, em despesa de vendas ou gerais e administrativas, reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos.

Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 5 a 24 anos e, quando praticamente certa sua renovação, é considerada a renovação por mais 5 anos, sem alterações nos demais termos e condições. Além disso esses contratos determinam que os pagamentos mínimos são reajustados anualmente pelos índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador.

As despesas de escalonamento de juros sobre os arrendamentos em resultado apresentam-se reduzida pelo rateio dos créditos de PIS / COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos.

A Companhia não possui compromissos relevantes relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. Nos exercícios de 2020 e 2019 as despesas relativas a estes arrendamentos foram irrelevantes.

A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicado no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 10% a.a. (10% a.a. em 2019), apurada sobre as transações históricas de captação de recursos obtida pela Companhia junto a instituições financeiras e ajustes de risco e garantias.

Parte dos contratos de arrendamento da Companhia são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R\$1.457 (R\$2.474 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor de arrendamentos a pagar vincendo a longo prazo está assim distribuído:

	Pagamentos	Crédito potencial de PIS e COFINS
De 2022 a 2026	538.158	49.780
De 2027 a 2031	120.405	11.137
De 2032 a 2036	8.823	816
Total dos pagamentos mínimos	<u>667.386</u>	<u>61.733</u>
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	<u>(188.736)</u>	
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>478.650</u>	

Informações adicionais – Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2020	2021	2022	2023	2024
Passivo de arrendamento					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	542.831	478.258	406.123	327.449	249.765
Projeção Nominal e Taxa nominal	562.725	499.675	428.866	350.745	272.533
Ativo de direito de uso (i)					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	499.387	418.818	338.345	259.324	187.993
Projeção Nominal e Taxa nominal	492.162	413.456	334.750	257.426	187.444
Encargos financeiros					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	61.354	58.510	50.910	42.443	33.574
Projeção Nominal e Taxa nominal	65.324	60.148	52.625	44.214	35.358
Despesa de amortização do direito de uso (i)					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	78.501	80.472	80.472	79.021	71.332
Projeção Nominal e Taxa nominal	77.334	78.706	78.706	77.323	69.982
Total de despesa					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	139.855	138.982	131.382	121.464	104.906
Projeção Nominal e Taxa nominal	142.658	138.854	131.331	121.537	105.340

(i) projeção considera apenas o componente de direito de uso referente ao fluxo descontado dos pagamentos mínimos de arrendamento.

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Imobilizado		Equipamentos de informática			Móveis e utensílios		Aeronaves		Veículos		Outros		Imobilizado em andamento	Total imobilizado
	Terrenos	Benfeitorias	Instalações		Empilhadeiras										
Saldos em 31/12/2017	20.781	45.273	34.590	4.788	1.857	3.292	6.769	142	4.257	1.258	123.007				
Custo total	20.781	102.194	63.019	18.927	3.687	7.156	9.152	159	5.086	1.258	231.419				
Depreciação acumulada	-	(56.921)	(28.429)	(14.139)	(1.830)	(3.864)	(2.383)	(17)	(829)	-	(108.412)				
Valor contábil, líquido	20.781	45.273	34.590	4.788	1.857	3.292	6.769	142	4.257	1.258	123.007				
Aquisição	-	18.603	11.077	2.272	530	2.063	-	-	2.091	901	37.537				
Baixas	-	(618)	-	-	-	-	-	-	-	-	(618)				
Depreciação	-	(12.781)	(6.087)	(2.302)	(294)	(684)	(353)	(8)	(721)	-	(23.230)				
Transferências	-	-	-	-	44	-	-	-	464	(508)	-				
Saldos em 31/12/2018	20.781	50.477	39.580	4.758	2.137	4.671	6.416	134	6.091	1.651	136.696				
Custo total	20.781	119.774	74.096	21.199	4.261	9.219	9.152	159	7.641	1.651	267.933				
Depreciação acumulada	-	(69.297)	(34.516)	(16.441)	(2.124)	(4.548)	(2.736)	(25)	(1.550)	-	(131.237)				
Valor contábil, líquido	20.781	50.477	39.580	4.758	2.137	4.671	6.416	134	6.091	1.651	136.696				
Aquisição	-	29.138	24.353	2.586	2.250	2.167	-	-	749	1.530	62.773				
Baixas	-	(918)	-	-	-	-	-	-	(780)	-	(1.698)				
Depreciação	-	(12.960)	(7.860)	(2.410)	(392)	(852)	(353)	(8)	(1.141)	-	(25.976)				
Transferências	-	48	1.529	-	-	86	-	-	105	(1.768)	-				
Saldos em 31/12/2019	20.781	65.785	57.602	4.934	3.995	6.072	6.063	126	5.024	1.413	171.795				
Custo total	20.781	147.105	99.978	23.785	6.511	11.472	9.152	159	7.715	1.413	328.071				
Depreciação acumulada	-	(81.320)	(42.376)	(18.851)	(2.516)	(5.400)	(3.089)	(33)	(2.691)	-	(156.276)				
Valor contábil, líquido	20.781	65.785	57.602	4.934	3.995	6.072	6.063	126	5.024	1.413	171.795				
Aquisição	-	9.907	5.557	1.532	90	1.586	-	-	14	76	18.762				
Baixas	-	(312)	-	-	-	-	-	-	(78)	-	(390)				
Depreciação	-	(15.839)	(8.499)	(2.195)	(486)	(970)	(353)	(8)	(780)	-	(29.130)				
Cisão (Nota 18)	(20.781)	-	-	-	-	-	-	-	(1.918)	(472)	(23.171)				
Transferências	-	-	274	-	-	1	-	-	-	(275)	-				
Saldos em 31/12/2020	-	59.541	54.934	4.271	3.599	6.689	5.710	118	2.262	742	137.866				
Custo total	-	151.681	105.809	25.317	6.601	13.060	9.152	159	3.685	742	316.206				
Depreciação acumulada	-	(92.140)	(50.875)	(21.046)	(3.002)	(6.371)	(3.442)	(41)	(1.423)	-	(178.340)				
Valor contábil, líquido	-	59.541	54.934	4.271	3.599	6.689	5.710	118	2.262	742	137.866				

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não identificou indícios que indicassem potencial não recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, os valores de R\$3.885, R\$4.515 e R\$2.595, respectivamente, relativos aos bens do ativo imobilizado foram dados em garantias dos empréstimos e financiamentos.

13. Fornecedores

	2020	2019	2018
Fornecedores nacionais - terceiros	619.884	728.848	602.317
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	-	2.863	650
Fornecedores nacionais - risco sacado com terceiros	2.565	2.847	628
Fornecedores nacionais - risco sacado com partes relacionadas	94.647	130.104	99.384
Ajuste a valor presente (AVP)	(5.875)	(15.533)	(13.285)
	711.221	849.129	689.694

O ajuste a valor presente para 2020 foi calculado considerando a taxa de 0,52% ao mês, (0,69% a.m. e 0,70% a.m. em 2019 e 2018, respectivamente) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.

A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada "risco sacado". Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente.

Durante o exercício de 2020 foram antecipados R\$18.961 pelos fornecedores terceiros que geraram uma receita de comissão à Companhia de R\$1.450 (no exercício de 2019 foram antecipados R\$49.888 e a receita foi de R\$2.797 e no exercício de 2018 foram antecipados R\$66.699 e a receita foi de R\$3.170), registrada como receita financeira, líquida do custo de impostos incidentes.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Juros incidentes	Vencimento	2020	2019	2018
Capital de giro	Capital de giro- nacional- variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 2,10% a 3,75% a.a.	Ago/2025	824.642	638.714	575.108
Compror	Compror (financiamento de compras) - variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1.19% ao ano.	Jun/2021	357	977	1.500
Finame-BNDES	FINAME-BNDES - variação de metade da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) + 5% a.a., e variação de metade da taxa SELIC + 5,08% a.a.	Fev/2021*	-	249	639
Outros financiamentos	Aquisição de bens do imobilizado - incidem juros de 13,5385% a.a.	Nov/2024	2.993	3.420	1.994
			827.992	643.360	579.241
Circulante			244.779	148.701	213.230
Não circulante			583.213	494.659	366.011

* Saldo residual pago antecipadamente durante o exercício de 2020.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	2020	2019	2018
2020	-	-	127.765
2021	-	147.410	111.559
2022	148.676	135.187	85.267
2023	174.309	133.051	41.420
2024	161.302	79.011	-
2025	98.926	-	-
	583.213	494.659	366.011

Em garantia dos contratos de capital de giro e Compror, foram concedidas cédulas de crédito bancário avalizadas pelos acionistas controladores e mais recebíveis de cartões de crédito em 20% a 25% do saldo devedor do empréstimo (dependendo da instituição financeira) e, a critério do credor, caso o saldo de garantia de recebíveis não atenda aos limites contratados, a instituição financeira tem o direito a retenção de recebíveis até os limites de garantias estipuladas, nos períodos apresentados os limites de garantias foram atendidas.

Já nos contratos de FINAME e outros financiamentos as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos acionistas controladores.

Os contratos não possuem cláusulas restritivas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada na Nota 27.3.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações fiscais

	2020	2019	2018
IRRF a recolher	1.460	1.393	1.144
ISS de terceiros a recolher	81	121	139
CSLL, PIS, COFINS e IOF a recolher	275	221	200
Impostos sobre vendas e serviços a recolher	15.958	16.751	10.372
Total de impostos a pagar	17.774	18.486	11.855
Parcelamento PIS/COFINS - PERT	22.866	8.026	8.436
Total de obrigações fiscais	40.640	26.512	20.291
Circulante	26.142	19.289	12.616
Não circulante	14.498	7.223	7.675

Em setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para pagamento de auto de infração, relativo a créditos de PIS/COFINS, relativos ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Com a adesão, a multa aplicada foi reduzida em 40% e os juros em 80%, sendo parcelado em 150 parcelas mensais e consecutivas, vencida a primeira em 30/09/2017 e a última em 31 de janeiro de 2030.

A partir de então, a Companhia deixou de tomar determinados créditos, porém ajuizou ação contra a Receita Federal do Brasil - RFB com o objetivo de recuperá-los. Com objetivo de minimizar os efeitos de possíveis novos autos de infração em relação as operações do ano de 2016 e parte do ano de 2017 foram efetuados depósitos judiciais.

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2017	8.652
Atualização monetária	525
Pagamentos realizados	(741)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2018	8.436
Atualização monetária	438
Pagamentos realizados	(848)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2019	8.026
Novos parcelamentos	21.790
Atualização monetária	547
Pagamentos realizados	(7.497)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2020	22.866
Circulante	8.368
Não circulante	14.498

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2020	2019	2018
2020	-	-	761
2021	-	803	761
2022	6.164	803	761
2023	3.396	803	761
2024	823	803	761
2025	823	803	761
2026	823	802	761
2027	823	802	761
2028	823	802	761
2029	823	802	761
2030 (i)	-	-	65
	14.498	7.223	7.675

(i) As parcelas vincendas em 2030, foram pagas antecipadamente em 2019.

16. Receita diferida

	2020	2019	2018
Garantia estendida e seguros para roubo, furto e quebra acidental (i)	1.988	3.093	9.325
Adiantamentos recebidos (ii)	123	480	447
	2.111	3.573	9.772

(i) O seguro de garantia estendida tem como objeto garantir ao segurado (cliente da Kalunga) a reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de evento amparado pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas do seguro de garantia, a Kalunga é remunerada entre 50% a 70% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro de garantia estendida, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". Findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela seguradora (até o quinto dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços".

A Companhia iniciou em 2019 também a comercialização de seguro para roubo, furto e quebra acidental, o qual garante ao segurado (cliente da Kalunga) a indenização, reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de sinistros amparados pelas condições gerais da apólice de seguros.

Pelas vendas desta modalidade, a Kalunga é remunerada em 49% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro contra roubo, furto e quebra acidental, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". As apurações têm frequência em regime mensal, e findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela Seguradora (até o décimo dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços".

(ii) Trata-se de adiantamentos recebidos para publicações de propagandas na Revista Kalunga.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a) Provisão para perdas prováveis

Foram constituídas provisões sobre as causas que os assessores jurídicos consideram como perda provável, demonstradas a seguir:

	2020	2019	2018
Trabalhistas	2.479	1.999	2.373
Cíveis	531	863	669
Tributários	6.770	6.871	4.118
	9.780	9.733	7.160

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores, requerendo indenizações e verbas previdenciárias incorporadas.

Contingências cíveis

As causas cíveis se referem a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor.

Contingências tributárias

As causas tributárias se referem a autos de infração e indeferimento de compensações de créditos de PIS e COFINS.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.550	3.224	-	4.774
Provisão (reversão)	1.433	(2)	4.118	5.549
Pagamentos	(610)	(2.553)	-	(3.163)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.373	669	4.118	7.160
Provisão	2.380	1.018	2.753	6.151
Pagamentos	(2.754)	(824)	-	(3.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.999	863	6.871	9.733
Provisão (reversão)	731	187	(101)	817
Pagamentos	(251)	(519)	-	(770)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.479	531	6.770	9.780

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Contingências avaliadas como perda possível, não provisionadas

Os processos judiciais com estimativas de perdas possíveis, por natureza, representam os seguintes montantes:

<u>Natureza</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cível	84	6	197
Trabalhista	2.669	2.188	2.860
Tributário	126.329	100.128	7.039
	129.082	102.322	10.096

Os valores relacionados a causas tributárias em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 se referem substancialmente a:

i) Auto de infração lavrados durante o exercício de 2017 sobre créditos de PIS e COFINS tomados pela Companhia no montante de R\$7.250; e

ii) A Companhia, amparada na posição de seus assessores jurídicos, não adicionou a atualização monetária dos créditos extemporâneos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 8), na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nem na base de tributação de PIS e COFINS. Os assessores jurídicos avaliaram que, em caso de autuação, o risco de perda é possível. O montante relativo a esse risco tributário é de R\$104.548 em 31 de dezembro de 2020 (R\$92.878 em 31 de dezembro de 2019).

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 500.000.000 ações ordinárias, sendo 50% detido por cada um dos acionistas (830.000.000 quotas em 31 de dezembro de 2019 e 2018).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía capital social autorizado.

b) Aumento de capital

Em 1º de setembro de 2020, foi efetuado um aumento de capital pelos sócios quotistas no montante de R\$23.171, através de parte do saldo de lucros acumulados. Foi mantida a participação de 50% detido por cada um dos sócios quotistas.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Cisão parcial

Conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada a cisão parcial de acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R\$23.171, e está representado em sua integralidade por bens do ativo imobilizado (Nota 12).

d) Alteração da Companhia de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações

Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

e) Distribuição de lucros relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020 (e rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de janeiro de 2021), os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$85.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$67.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O valor remanescente do resultado do exercício, acrescido do saldo de lucros acumulados do ano anterior, foram mantidos como lucros acumulados totalizado R\$172.055 em 31 de dezembro de 2019 e R\$16.320 em 31 de dezembro de 2018. O valor dos dividendos aprovados foi liquidado através de compensação com o saldo devedor de mútuo mantido com os acionistas controladores (Nota 9).

f) Reserva para investimento

O lucro líquido ajustado remanescente após a destinação à reserva legal, e eventual destinação à reserva para contingências, e a destinação do dividendo mínimo obrigatório, será destinado para a reserva para investimento, que terá como finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar o capital de giro.

g) Reserva especial de dividendos

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 aprovou a distribuição de dividendos, propostos pela administração da Companhia, no montante de R\$143.000, que serão utilizados na sua integralidade para a amortização parcial do saldo de contratos de mútuos existentes com os acionistas controladores.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Companhia, a Administração pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumariados:

	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	827.992	643.360	579.241
Menos - caixa e equivalentes de caixa	(72.670)	(32.048)	(15.603)
Dívida líquida	755.322	611.312	563.638
Total do patrimônio líquido	154.417	180.361	24.626
Total do capital	909.739	791.673	588.264
Índice de alavancagem financeira - %	83,03	77,22	95,81

20. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2020	2019	2018
Vendas brutas de produtos	2.426.693	2.838.230	2.527.323
Venda de serviços	9.982	9.550	8.310
Ajuste a valor presente (AVP)	(13.153)	(18.057)	(16.868)
Devoluções	(45.663)	(46.572)	(42.781)
ICMS sobre vendas	(382.745)	(468.217)	(414.911)
PIS e COFINS sobre vendas	(185.434)	(215.626)	(191.978)
ISSQN sobre vendas de serviços	(481)	(456)	(412)
Receita líquida	1.809.199	2.098.852	1.868.683

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	2020	2019	2018
Lojas físicas	1.377.067	1.853.367	1.644.077
Canal digital	430.218	242.049	222.449
Copy & Print	1.914	3.436	2.157
Total	1.809.199	2.098.852	1.868.683

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas com vendas

	2020	2019	2018
Salários e encargos sociais	185.171	209.653	175.567
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	71.711	68.708	-
Depreciação e amortização	27.655	24.140	21.682
Taxa de cartão de crédito	27.319	33.205	30.067
Propaganda e publicidade	29.401	32.208	28.585
Aluguéis	1.478	39.801	116.710
Energia elétrica, água e telefone	19.579	19.527	15.872
Fretes com vendas	25.736	16.494	14.942
Imposto predial e taxas de funcionamento	13.379	12.892	10.948
Despesas com manutenção	7.892	10.433	10.566
Despesas com ICMS/ICMS Difal	17.671	7.652	6.498
Serviços de terceiros	7.706	4.301	6.265
Materiais de embalagem	5.575	5.375	4.891
Impressos e material de escritório	2.809	3.265	2.680
Royalties	3.602	3.183	2.848
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	2.398	2.312	2.796
Quebra de caixa	175	226	228
Pró-labore	270	90	90
Outras despesas	19.350	13.066	12.400
	468.877	506.531	463.635

- (i) Esse montante compreende R\$78.072 em 2020 e R\$74.133 em 2019 de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (Nota 11), líquido de R\$6.361 em 2020 e R\$5.424 em 2019 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos.

22. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019	2018
Serviços de terceiros	28.557	22.073	15.418
Salários e encargos sociais	21.915	20.827	18.181
Provisão (reversão) de contingências e despesas de indenizações	174	(181)	(1.732)
Manutenção	1.376	1.701	2.108
Depreciação e amortização	2.459	2.675	2.959
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	429	375	-
Energia elétrica, água e telefone	448	485	368
Aluguéis	243	219	721
Pró-labore	270	90	90
Legais e tributárias	884	181	68
Outras despesas	5.122	2.401	1.726
	61.877	50.846	39.907

- (i) Esse montante compreende R\$462 em 2020 e R\$408 em 2019 de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (Nota 11), líquido de R\$33 em 2020 e 2019 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas operacionais, líquidas

	2020	2019	2018
Crédito extemporâneo – PIS e COFINS (i)	-	128.167	-
Outras receitas	1.011	3.900	613
	1.011	132.067	613

(i) Reconhecimento no exercício de 2019 do ganho de causa transitada e julgada de ação ajuizada discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Vide Nota 8.

24. Resultado financeiro

	2020	2019	2018
Despesas financeiras			
Juros sobre passivo de arrendamento (ii)	(59.813)	(53.036)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(39.178)	(50.322)	(43.484)
Juros s/ empréstimos c/ partes relacionadas	(460)	(1.103)	(398)
Despesas bancárias	(5.533)	(5.792)	(2.611)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(34.083)	(49.466)	(50.041)
Outros	(7.320)	(16.651)	(8.691)
	(146.387)	(176.370)	(105.225)
Receitas financeiras			
Juros de contratos de mútuo (partes relacionadas)	28.669	43.297	30.933
Juros ativos	254	7.323	1.628
Descontos obtidos	442	34	40
Rendimento de aplicações financeiras e operações de liquidez imediata e comissões sobre operações de risco sacado	2.171	4.480	3.501
Ajustes a valor presente de contas a receber	14.158	17.934	17.152
Variação monetária	1.122	839	47
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(1.934)	(2.334)	(1.675)
Atualização monetária PIS / COFINS (i)	3.934	121.773	-
	48.816	193.346	51.626
Resultado financeiro	(97.571)	16.976	(53.599)

(i) Atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS do ganho de causa transitada e julgada de ação ajuizada discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, líquido de impostos incidentes. Vide Nota 8.

(ii) Esse montante compreende R\$61.354 de juros de arrendamento (Nota 11), líquido de R\$1.541 de PIS e COFINS (R\$57.007 e R\$3.971 em 2019, respectivamente).

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) Conciliação da taxa efetiva

	2020	2019	2018
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(2.644)	302.286	99.589
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	899	(102.777)	(33.860)
<u>Ajustes para obtenção da alíquota efetiva</u>			
Créditos de PIS e COFINS	-	41.192	-
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	134	435	348
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(95)
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	25	24
Outras adições e exclusões permanentes	(1.186)	(426)	(15)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(129)	(61.551)	(33.598)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(8.134)	(29.408)	(34.041)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8.005	(32.143)	443
	(129)	(61.551)	(33.598)
	-4,88%	20,36%	33,74%

b) Diferido

A composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos está abaixo demonstrada:

	2020	2019	2018
Provisão para perdas esperadas de créditos	459	1.104	1.029
Provisão para perdas de estoques	123	164	85
Provisões para contingências trabalhistas e cível	3.325	3.309	2.434
Ajuste a valor presente	(602)	(2.935)	(2.518)
Arrendamentos	13.555	6.337	-
Diferença de taxa de depreciação	(244)	(245)	(408)
Ganho de causa exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 8)	(41.367)	(43.577)	-
Bonificação de estoques não realizados	3.938	7.169	4.572
Outros	2.504	2.360	635
Imposto de renda diferido (passivo) ativo líquido	(18.309)	(26.314)	5.829

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos está abaixo demonstrada:

	2020	2019	2018
Saldo inicial imposto de renda diferido ativo	(26.314)	5.829	5.386
Constituição (reversão) no resultado do exercício	8.005	(32.143)	443
Saldo final imposto de renda diferido ativo (passivo)	(18.309)	(26.314)	5.829

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado por ação

O cálculo do (prejuízo) lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no exercício.

Conforme mencionado na Nota 18, os sócios quotistas aprovaram em 14 de outubro de 2020 a conversão da Companhia de sociedade limitada para sociedade por ações. As 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias. Conforme requerido pelo CPC 41 / IAS 33 - Resultado por ação, os cálculos do (prejuízo) lucro básico e diluído por ações foram ajustados retrospectivamente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 para refletir o novo número de ações.

A Companhia não possuía instrumentos diluidores do (prejuízo) lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

	2020	2019	2018
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(2.773)	240.735	65.991
Quantidade média ponderada de ações no exercício	500.000.000	500.000.000	500.000.000
(Prejuízo) Lucro por ação – básico e diluído (expressos em Reais)	(0,0055)	0,4815	0,1320

27. Instrumentos financeiros

27.1 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa e sobre os empréstimos e financiamentos que têm suas taxas atreladas substancialmente à variação do CDI. Os parcelamentos de impostos estão atrelados substancialmente à Selic.

No caso dos empréstimos e financiamentos, o risco associado decorre da possibilidade de

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aumento nas taxas de juros que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuam as receitas financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve as oscilações que podem gerar ganhos ou perdas para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada. Apesar da revogação da Instrução CVM no. 475/08, entendemos que a apresentação dos percentuais de deterioração de 25% e 50% continuam sendo úteis para entendimento da sensibilidade envolvida nos instrumentos financeiros da Companhia.

A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020:

	Risco	2020	Taxa	Resultado financeiro		
				Cenário provável	Acréscimo 25%	Decréscimo 50%
				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Alta do CDI	47.215	CDI	1.322	1.653	1.983
Partes relacionadas	Alta do CDI	526.974	CDI	14.755	18.444	22.133
Empréstimos e financiamentos capital de giro e Compror	Alta do CDI	(824.999)	CDI	(23.100)	(28.875)	(34.650)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	(22.866)	Selic	(716)	(895)	(1.074)
Total		<u>(273.676)</u>		<u>(7.738)</u>	<u>(9.673)</u>	<u>(11.608)</u>

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 31 de dezembro de 2020 (2,80% a.a.) para 365 dias. Para o cenário provável da SELIC, foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 28 de dezembro de 2020 (3,13% a.a.).

b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, o qual atualmente não é significativo, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito, onde o risco de crédito é substancialmente com as administradoras de cartões.

Para caixa e equivalentes de caixa, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava passivo circulante líquido de R\$72.780 (R\$201.087 em 31 de dezembro de 2019 e R\$104.676 em 31 de dezembro de 2018).

O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com terceiros e com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	711.221	-	-	-	711.221
Passivo de arrendamento	64.181	303.176	175.474	-	542.831
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	82.833	82.833
Empréstimos e financiamentos	244.779	583.213	-	-	827.992
Total	1.020.181	886.389	175.474	82.833	2.164.877

Em 31 de dezembro de 2019	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	849.129	-	-	-	849.129
Passivo de arrendamento	54.167	327.617	151.364	-	533.148
Empréstimos com partes relacionadas	134.355	-	-	15.631	149.986
Empréstimos e financiamentos	148.701	494.659	-	-	643.360
Total	1.186.352	822.276	151.364	15.631	2.175.623

Em 31 de dezembro de 2018	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	689.694	-	-	-	689.694
Empréstimos com partes relacionadas	24.686	-	-	725	25.411
Empréstimos e financiamentos	213.230	366.011	-	-	579.241
Total	927.610	366.011	-	725	1.294.346

d) Instrumentos derivativos

A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Hierarquia Valor Justo	2020	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	72.670	32.048	15.603
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 2	126.396	169.322	160.745
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	526.974	427.232	357.774
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	10.060	8.877	8.789
			736.100	637.479	542.911
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	711.221	849.129	689.694
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	827.992	643.360	579.241
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	542.831	533.148	-
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	82.833	149.986	25.411
			2.164.877	2.175.623	1.294.346

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

27.3 Mudanças dos passivos financeiros nas atividades de financiamento

	2020						
	Em 31 de dezembro de 2019	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos	Em 31 de dezembro de 2020
Passivo de arrendamento	533.148	(32.706)	(57.976)	66.791	61.354	(27.780)	542.831
Empréstimos e financiamentos	643.360	(128.660)	(63.428)	337.542	39.178	-	827.992
Empréstimos com partes relacionadas	149.986	(401.504)	(875)	334.766	460	-	82.833
	1.326.494	(562.870)	(122.279)	739.099	100.992	(27.780)	1.453.656

	2019						
	Em 31 de dezembro de 2018	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados		Em 31 de dezembro de 2019
Passivo de arrendamento	469.121	(50.625)	(57.007)	114.652	57.007		533.148
Empréstimos e financiamentos	579.241	(680.092)	(48.698)	742.587	50.322		643.360
Empréstimos com partes relacionadas	25.411	(197.101)	(1.103)	321.676	1.103		149.986
	1.073.773	(927.818)	(106.808)	1.178.915	108.432		1.326.494

2018

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em 31 de dezembro de 2017	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2018
Empréstimos e financiamentos	494.782	(156.852)	(43.357)	241.184	43.484	579.241
Empréstimos com partes relacionadas	8.217	(77.551)	(399)	94.746	398	25.411
	502.999	(234.403)	(43.756)	335.930	43.882	604.652

28. Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020 foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas. A administração do plano e outorga de opções caberá ao Conselho de Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram outorgadas opções e não houve, conseqüentemente, nenhum registro contábil desse plano.

29. Transações que não afetam caixa

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	2020	2019	2018
Distribuição de lucros abatido do mútuo a receber de partes relacionadas	-	85.000	67.000
Adoção inicial arrendamentos e provisão de desmantelamento	-	473.949	-
Arrendamentos contratados durante o exercício e provisão de desmantelamento	21.948	86.908	-
Remensuração de arrendamentos	47.806	28.230	-
Baixa de contratos de arrendamento	115	299	-
Aumento de capital com lucros acumulados	23.171	-	-
Cisão parcial de ativo imobilizado	23.171	-	-

30. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém cobertura de seguros para o ativo imobilizado, estoques e despesas fixas de um ano, como a seguir indicados, para cobrir os riscos de eventuais sinistros:

- Estabelecimentos comerciais (lojas) - incêndio, raio, explosão e outros eventos da natureza, no montante total de R\$719.507 (R\$779.466 e R\$681.407 em 2019 e 2018, respectivamente), com um limite máximo garantido de R\$95.000 (idem em 2019 e 2018); Centros de Distribuição no montante total de R\$314.137 (R\$412.462 e R\$214.214 em 2019 e 2018, respectivamente), com um limite máximo garantido de R\$245.100 (R\$160.000 em 2019 e 2018);
- Demais riscos, incluindo responsabilidade civil, nos montantes máximos de R\$3.167 (idem em 2019 e 2018);
- Seguro aeronáutico no montante limite de US\$13 milhões de dólares americanos (idem em 2019 e 2018), equivalentes a R\$67.557 (R\$52.399 e R\$50.364 em 2019 e 2018); e
- Responsabilidade Cível de Administradores e Diretores (D&O) com um limite máximo

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

garantido de R\$ 80.000.

31. Eventos subsequentes

Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A". O registro concedido à Companhia lhe permite negociar, no segmento tradicional, quaisquer valores mobiliários de sua emissão em mercados regulamentados.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 aprovou a distribuição de dividendos, propostos pela administração da Companhia, no montante de R\$143.000, que serão utilizados na sua integralidade para a amortização parcial do saldo de contratos de mútuos existentes com os acionistas controladores.
